



ESTADO DO PARÁ
República Federativa do Brasil

Câmara Municipal de Trairão

CNPJ: 10.221.828/0001-23

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 007/2023-021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2023021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA NO AMBITO DO E-SOCIAL, SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OPERAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS SETOR PÚBLICO, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE TRAIRÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Trairão, através da Câmara Municipal, consoante à autorização do Presidente do referido Órgão, Sr. **ARIDELSON DE ALMEIDA**, na qualidade de ordenador de despesa, vem abrir o presente processo administrativo para a contratação de serviços consultoria e assessoria administrativa no âmbito do e-social, sistema de escrituração digital das operações fiscais, previdenciárias e trabalhistas setor público, para atender a Câmara Municipal de Trairão.

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:** 007/2023-021

- **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 2023021.

- Requisitante: Câmara Municipal de Trairão

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no caput e parágrafo único, II e II, do art. 26, da Lei 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme cada caso concreto assim o exigir.

DO OBJETO

- **DESCRIÇÃO:** contratação de serviços consultoria e assessoria administrativa no âmbito do e-social, sistema de escrituração digital das operações fiscais, previdenciárias e trabalhistas setor público, para atender a Câmara Municipal de Trairão.

CONTRATADO

PESSOA JURIDICA: J C A DO NASCIMENTO EIRELI-ME, CNPJ: 19.805.199/0001-53, domiciliado na **TV JUSTO CHERMONT**, nº 18, Bairro: Bela Vista, CEP: **68.180-602**, Itaituba/PA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal prevê, no artigo 37, inciso XXI, que a Administração Pública, para efetuar obras, serviços, compras e alienações, está adstrita à instauração do processo de licitação pública, em consonância com o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Todavia, há casos em que o procedimento licitatório prévio pode ser mais nocivo ao interesse público do que sua afetiva realização, seja pela demora do procedimento, seja pela inconveniência ou impossibilidade de realizar o certame, entre outros. Com efeito a **INEXIGIBILIDADE** de Licitação tem como fundamento no artigo 25, inciso II e art. 13, inciso III e artigo 26, parágrafo único, incisos II e III todos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

“Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13 - Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

III - assessorias ou consultorias técnicas

[...]

Art. 26 - As dispensas previstas nos parágrafos 2º e 4º do art. 17 e no





ESTADO DO PARÁ
República Federativa do Brasil

Câmara Municipal de Trairão

CNPJ: 10.221.828/0001-23



inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.108, de 2005) Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

[...]

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.”

Em relação a serviços técnicos a que se refere o artigo 25, supracitado, arrolados no artigo 13, não resta nenhuma dúvida de que os serviços a serem contratados incluem-se entre eles, por estarem contemplados em mais hipóteses legais, tais como estudos técnicos, patrocínio ou defesa de causas administrativas e treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

No mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal já cuidou da matéria, o que destaco o fator fundamental à apreciação da possibilidade de aplicação do permissivo contido no artigo 25, da Lei de Licitações:

“EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ARTIGO 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA, PREVISÃO LEGAL.

A hipótese nos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito de emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2 "Serviços técnicos profissionais especializados são serviços que a administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, administração, deposite na especialidade desse contratado. Nesses casos o requisito da confiança da administração em que deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimentos regidos, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere a administração para a escolha do trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato". (CF parágrafo 1º do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da administração. Ação penal que se julga improcedente. (STF. Ação Penal nº 348-SC, Plenário, rel. Min. Eros Grau, DJ de 03.08.2007).”

Vale ressaltar que a pessoa jurídica J C A DO NASCIMENTO EIRELI-ME, CNPJ: 19.805.199/0001-53, apresentou as características de qualificação exigidas, tais como singularidade, tanto



ESTADO DO PARÁ
República Federativa do Brasil

Câmara Municipal de Trairão

CNPJ: 10.221.828/0001-23



do objeto quanto do sujeito, pela relação de confiança, além da notória especialização e adequação dos serviços ao rol daqueles especificados no art. 13 da Lei nº 8.666/1993, ensejando a inviabilidade da licitação, tornando INEXIGÍVEL o Processo Licitatório, assim como os documentos constantes nos artigos: 27, 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº 8.666/1993.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Trata-se a presente de justificativa para a contratação de serviços consultoria e assessoria administrativa no âmbito do e-social, sistema de escrituração digital das operações fiscais, previdenciárias e trabalhistas setor público em prol da Câmara Municipal de Trairão, com inexigibilidade de licitação, tendo em vista a notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados;

Para atender o cronograma de implantação do sistema simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e fiscais e-social para o 4º Fase (Eventos do SST) destinada à contratação de empresa especializada na área de segurança do trabalho. O objetivo do sistema é unificar e facilitar o envio de informações sobre os empregados, por parte das empresas, para o Governo Federal. Tornando os processos mais organizados, precisos e ágeis, na consolidação do histórico destes trabalhadores e servidores.

Obrigando a Órgãos Públicos aos eventos do eSocial, inclusive o SST, fora o evento S-2220, pois não tem obrigatoriedade deste evento para o órgão público.

O cronograma apresenta-se, separado por fases e grupos, os eventos que devem ser gerados e seus respectivos prazos. Sendo que a 4º Fase Eventos do SST para Órgãos Públicos possui prazo até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao início da obrigatoriedade dos eventos de SST ou do ingresso/admissão do trabalhador. No caso de alterações da informação inicial, deve ser enviado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à ocorrência da alteração.

Além da natureza singular afastando da idéia de serviços corriqueiros, ainda que técnicos, e de outro, não restringe a ponto de ser incomum, inédito, exclusivo e etc., mas especial, distinto ou até mesmo dotado de uma criatividade ímpar.

Ademais, quanto ao elemento confiança, o qual comporta elemento subjetivo que não pode ser ignorado quando enfrentada contratações dessa natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria, enraizados principalmente na relação de confiança é lícito ao gestor, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei para a escolha da melhor prestadora de serviço.

A escolha recaiu sobre a empresa J C A DO NASCIMENTO EIRELI-ME, CNPJ: 19.805.199/0001-53, domiciliado na **TV JUSTO CHERMONT**, nº 18, Bairro: Bela Vista, CEP: **68.180-602**, Itaituba/PA, para a prestação dos serviços especializados em segurança do trabalho por conta da notória especialização em relação ao objeto dos serviços pretendidos, conforme os atestados de capacidade técnica com qualidade satisfatória.

SINGULARIDADE DO OBJETO

A singularidade dos serviços prestados pela Contratada consiste em face das informações de que a empresa J C A NASCIMENTO EIRELI - ME oferece os serviços de assessoria Administrativa/contábil especificamente ao setor público, com o acompanhamento nas Fases do Social, sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e trabalhistas. Conforme Decreto nº 8373/2014 possuindo em seu quadro técnico profissional da área de segurança do trabalho proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a Consultoria na execução do SST, atendendo as determinações da Lei segundo a normativa da Lei Nº7.410, de 27 Novembro 1985, Art.2 □ O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho com visitas técnicas periódicas para suprir as necessidades e dúvidas dando norte aos trabalhos, para o envio correto das informações, conforme atestados de capacidade técnica apresentados.

NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DA CONTRATADA

Pública está delimitada na Lei de Licitações (art. 25, § 1º), objetivamente o legislador privilegiou a



ESTADO DO PARÁ
República Federativa do Brasil

Câmara Municipal de Trairão

CNPJ: 10.221.828/0001-23



notória especialização decorrente de diversas fontes do saber tais como: desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento e equipe técnica. O que possibilita amplo rol documental apto a atestar/certificar a notória especialização almeja na lei. No caso sob análise vê-se que o profissional habilitado nos autos qualificou, atestados de capacidade técnica (notória especialização decorrente experiências), ou seja, profissional técnico, e detentor de notória especialização conforme preconizado no § 1º, do art. 25, da Lei n. 8.666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O Contratado identificado foi escolhido porque é do ramo pertinente; comprovou possuir (atestados de capacidade técnica) larga experiência na prática do mesmo objeto para outros municípios, bem como possui indicação de tê-lo executado com altos padrões de qualidade, adequação e eficiência; A empresa J C A NASCIMENTO EIRELI - ME oferece os serviços de assessoria Administrativa/contábil especificamente ao setor público, com o acompanhamento nas Fases do Social, sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e trabalhistas. Conforme Decreto nº 8373/2014 possuindo em seu quadro técnico profissional da área de segurança do trabalho proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a Consultoria na execução do SST, atendendo as determinações da Lei segundo a normativa da Lei N°7.410, de 27 Novembro 1985, Art.2 O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho com visitas técnicas periódicas para suprir as necessidades e dúvidas dando norte aos trabalhos, para o envio correto das informações, conforme atestados de capacidade técnica apresentados.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

O valor será de R\$9.800,00 (Nove mil e Oitocentos reais) mensal, sendo o valor Global de R\$107.800,00 (Cento e sete mil e oitocentos reais), no período de 11 meses. Os preços praticados são de mercado conforme especificados aos autos do processo, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado, notadamente considerando-se o Contratado habilitado, tem uma larga experiência na Administração Pública.

Por fim, em observância aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, requeremos portanto análise e parecer jurídico da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal e avaliação do Controle Interno da Câmara Municipal para que possamos assim balizar o Ordenador de Despesa, para o respectivo **TERMO DE RATIFICAÇÃO** do resultado por parte da Autoridade Superior responsável.

Trairão - PA, 15 de Fevereiro de 2023.

ARIDELSON DE ALMEIDA
Presidente da Câmara Municipal de Trairão